

O QUE VAMOS DESENHAR? CARACTERIZAÇÃO DAS MODALIDADES DO DESENHO NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

Ana Rita Sulz de Almeida Campos
Universidade Estadual de Feira de Santana

RESUMO: O presente trabalho traz uma breve análise da trajetória da matéria Desenho na história educacional brasileira através da caracterização de suas modalidades no ensino oficial, ressaltando as interferências políticas e os aspectos legais que regulamentam esse ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento; evolução; desenho.

O grande desenvolvimento tecnológico e industrial, consolidado através da informatização e crescente globalização, desenha o perfil de uma era que se inicia com a chegada de um novo milênio. Entretanto, a educação brasileira, contrapondo-se a esse momento histórico, revela-se fragmentada e dissociada e, por isso, incapaz de formar indivíduos capazes de refletir, transformar e inserir-se nesse grau de desenvolvimento. Este fato é constatado através da oposição de duas "máximas" que se distanciam cada vez mais: o "PROGRESSO" impelido pela informatização, nivelando o Brasil aos países do primeiro mundo, e a "ORDEM", consolidada às custas da miséria e do empobrecimento das classes menos favorecidas. Esta dissonância acaba por agravar os crescentes índices de violência nos centros urbanos e rurais, e é responsável por transformar o homem em "robô", máquina que executa ordens sem refleti-las, logo, incapaz de analisar, participar e transformar a realidade da qual é parte integrante, ou mesmo de transformar-se e realizar-se. Este "modelo de cidadão" foi projetado, testado e reproduzido através da educação, ao longo da história de nações que, como a nossa, não se furtam de investir na elaboração de um "método" assegurador das diferenças sociais, notadamente mais eficazes que os preconceitos raciais, econômicos, religiosos, ideológicos ou culturais – o da IGNORÂNCIA; observado também na educação brasileira, que confirma e circunscreve essa reflexão, perpetrada ao longo de sua trajetória, através de intervenções que a sintonizam com os interesses globais, indo de encontro às aspirações da nação e dos indivíduos.

Tais intervenções incidem também nos currículos escolares, impostos pelos

órgãos superiores de educação, comprometidos em preservar esses princípios. Dessa forma, torna-se alvo de nossa reflexão a “preocupação especial” atribuída à matéria Desenho e às modalidades desta a serem ministradas nas escolas oficiais. Diante desse quadro, faz-se necessário perguntar: “O que vamos desenhar?”

Para responder a tal pergunta, analisamos as modalidades do Desenho ministradas nas escolas oficiais e os reflexos desta na formação dos indivíduos. Buscou-se, na trajetória histórica educacional do país, estabelecer as interferências políticas, como também os aspectos legais que regulamentam esse ensino. Estabelecidas tais reflexões e caracterizadas essas modalidades, delineia-se a importância dada ao ensino do Desenho e o contexto reservado para essa matéria.

Como expressão artística, suporte para outras artes ou integrando as mais diversas atividades do homem, o Desenho mantém-se presente na sua história evolutiva desde os tempos mais remotos. Reafirmando a sua importância, sintetiza Cassirer (apud MACIEL 1994)¹ – “o homem é um animal simbólico” – e, como tal, o Desenho é elemento de valor intrínseco do seu universo interior e exterior, auxiliando-o na exteriorização de seus pensamentos e sentimentos, expressando as suas impressões diante da sua própria realidade e da que o cerca, onde adquire e emite informações, modificando-as às suas necessidades existenciais. O Desenho é, assim, a linguagem criada pelo homem como base para o desenvolvimento de outras linguagens.

Por sua abrangência, o Desenho como matéria foi subdividido em disciplinas específicas, que, de acordo ao momento histórico, recebem maior ou menor ênfase, refletidas, principalmente, no âmbito educacional voltado para a formação cultural e de mão-de-obra especializada, como se observa na Europa onde foram criadas as “Academias de Desenho e Artes” durante o Renascimento e as “Escolas de Desenho” no período industrial.

No Brasil podemos verificar, através das modalidades do Desenho, as diversas etapas do seu desenvolvimento político, social, econômico e cultural, relatadas pela sua trajetória educacional. Iniciado em 1549 pelos padres jesuítas, o Desenho torna-se oficial na educação brasileira com a implantação do curso de Artes em 1572, considerado de nível superior. Este curso, também denominado de Ciências Naturais ou de Filosofia, desenvolvia conteúdos de lógica, física, matemática, ética e metafísica, conferindo aos seus estudantes o grau de bacharel e licenciado. A partir de 1759, com a implantação da política pombalina, os estudos reservados ao curso de Artes foram deslocados para os cursos médicos e para a Academia Militar, sendo esta última criada pela Carta Régia de 1810, que tornou obrigatório o ensino da Geometria Descritiva. Esses atos tinham como propósito a modernização e ampliação da “cultura nacional” decorrentes da transferência da Família Real Portuguesa em 1808. Com o objetivo de aqui instalar a cultura da metrópole, logo européia, a corte portuguesa trouxe, em 1816, um grupo formado por arquitetos, pintores e engenheiros franceses, denominado Missão Francesa, ocasionando substanciais transformações no panorama educacional, decisivas no que tange ao ensino do Desenho, pois conferiram ao mesmo o *status* de ciência da Técnica e

da Arte, exacerbando o preconceito entre o Desenho enquanto técnica em detrimento do mesmo como criação, pois as atividades manuais, neste período, eram consideradas de menor valor cultural por serem desenvolvidas pelos escravos, constituindo um indicador importante das discrepâncias, educacionais e sociais, causadas pela implantação da indústria. Surgem, nesta mesma época, os cursos de Desenho, História, Economia Política, Belas Artes e Música, entre outros, datando de 1792 a implantação do curso de Engenharia.

Orientadas pela educação francesa, as escolas oficiais freqüentadas pelas classes trabalhadoras e pela pequena burguesia, tornam obrigatório, em 1889, o ensino do Desenho Técnico e o Geométrico, seguindo o ocorrido na França em 1878, com a adoção do método GUILLAUME (geométrico), reafirmando a importância cultural e respectiva imposição de valores.

A reconhecida importância do Desenho na trajetória evolutiva do indivíduo, no caso o brasileiro, é retratada na cidade de Ouro Preto, onde esta disciplina era ministrada pela cadeira de História. Na Bahia a preocupação com as questões relacionadas com a formação de mão-de-obra especializada, mostra-se presente na criação da cadeira de Desenho Técnico, em 1818, voltado para a arquitetura naval cujo interesse concentrava-se na economia desta época.

Claramente observado diante dos fatos históricos, infere-se o desdobramento das questões educacionais como um dos mais eficazes disseminadores da ideologia dominante, uma vez que a educação, desenvolvida durante todos os anos do Brasil-colônia e Império, traz nitidamente esboçado o seu papel de fortalecer o poder do Estado, mesmo quando parece devotada ao "bem-comum", como por ocasião da Proclamação da República, em 1889, e a "suposta" ascensão do povo ao poder (populismo). Em ambos os casos, o sistema educacional torna cada vez mais evidente a elitização definida pelo poder aquisitivo e este determinando o acesso ao saber universal e a manutenção das classes ideologicamente dominadas, em "prol do desenvolvimento e da segurança nacional".

Após a Primeira Guerra Mundial e com o reaquecimento da indústria, o Desenho de "linguagem técnica" é aliado ao de criação, objetivando a invenção na produção industrial, atribuindo-lhe o valor pragmático, antes relativo apenas ao Desenho Técnico, colocando, dessa forma, o desenho de criação numa posição de pouca relevância. Essa situação é mantida após a implantação da lei Rocha Vaz, em 1925, que torna obrigatório o ensino da geometria, trigonometria e do Desenho, num período caracterizado pelo controle político-ideológico de estudantes e professores. Isto acaba por ocasionar a geometrização excessiva até a década de 30, apesar da eclosão do movimento Modernista brasileiro, com a realização da Semana de 22 e suas propostas revolucionárias e contestadoras. Com a Revolução de 30 é criado o Ministério da Educação e Saúde responsável por uma reflexão e organização do planejamento educacional em que se destaca a reforma de Francisco Campos, no que concerne ao ensino do Desenho, tornando-o obrigatório nos cursos de engenharia e arquitetura. Além da reforma sugerida pelos órgãos governamentais, ressalta-se também a importante contribuição do então diretor da Escola Nacional de Belas Artes (Rio de Janeiro), Lúcio Costa, que

promoveu, em 1937, o lançamento de novas perspectivas visando a renovação da prática e do ensino da arte, do desenho e da arquitetura. Outra reforma, a de 1942, denominada reforma de Capanema, cria o curso científico composto de 3 séries em que o Desenho aparece como disciplina obrigatória em todas elas.

Na década de 50 passam a integrar o currículo escolar, as disciplinas: Música, Canto Orfeônico, Trabalhos Manuais, reforçando as tendências da Escola Nova, implantada desde 1920 em alguns Estados, sendo esta originada do ensino norte-americano e europeu, em que o ensino da arte tem como função a liberação emocional, baseado em pressupostos metodológicos. A Escola Nova foi mais uma "importação" de cultura que encontrou contraposições a partir de 1956, com o governo de Juscelino Kubitschek, quando é implantada a pedagogia tecnicista num período em que se imprimiu a ideologia desenvolvimentista e nacionalista, que, aliada ao otimismo das massas populares, acaba favorecendo a subordinação do Brasil ao capital estrangeiro satisfazendo as expectativas ideológicas desta época. Dentro desse contexto, é que o ensino do Desenho Técnico, beneficiado pela exaltação da técnica e da racionalidade impostas pela industrialização, exprime a responsabilidade do setor educacional, agora destinado a desenvolver a racionalidade e a produtividade. As aulas de Desenho passam a ser ministradas sob quatro modalidades: Decorativa, do Natural, Geométrica e a de Criação, além da modalidade Desenho Técnico continuar integrando os currículos oficiais.

Após várias crises na estrutura política, é aprovada em 1961 a Lei 4.024. Nesta, os estudos das artes passam a integrar uma única disciplina – Educação Artística – e as disciplinas Desenho Técnico e Geométrico passam a compor apenas os currículos dos cursos colegiais técnicos e superiores. Em 1962 é fundado o Conselho Federal de Educação e criada, neste mesmo ano, a Escola Superior de Desenho Industrial reafirmando a importância do Desenho em suas várias modalidades e em todos os graus de ensino.

Em 1971 é implantada a Lei 5.692 trazendo no seu 1º artigo os objetivos gerais do ensino de primeiro e segundo graus, exprimindo o que deveria se constituir em uma das principais metas da política educacional – a qualificação para o trabalho. Com a referida lei, torna-se evidente a preocupação do Estado em só tornar acessível o ensino do Desenho aos profissionais específicos desta área de conhecimento, posto que a mesma torna obrigatório o ensino de Educação Artística, que, justificando o oferecimento de uma "formação mais completa" no que concerne ao estudo das Artes, os conteúdos específicos do Desenho, voltados para esta, são incluídos no conteúdo de Educação Artística, enquanto o seu aspecto técnico é colocado no conteúdo de Matemática. Confirmando mais uma vez a fragmentação originada em outros períodos. Fatores como a flexibilidade do horário de aula, a reduzida carga horária, bem como a adoção de critérios "não formais" aconselhados para a verificação de aprendizagem, demonstram a fragilidade e ineficiência da referida lei, acentuada pela urgência em formar professores "polivalentes", aptos a lecionar conteúdos de Música, Artes Plásticas, Artes Cênicas e Desenho, o que deu origem à criação do curso de Licenciatura em Educação Artística, a qual torna as áreas acima citadas em habilitações do referido curso.

Além disso, foram regulamentados os "estudos adicionais", oferecidos aos concluintes de magistério, com a adição de mais um ano dedicado a esses estudos, o que tornou patente o problema criado pela abrupta mudança no sistema educacional, ocorrido com a implantação da lei 5.692; problema observado na grande parte das imposições governamentais em todos os níveis. No "papel", elas parecem perfeitas e causam aos entusiastas um estado de conformismo que se estende à população, distante das resoluções tomadas dentro dos gabinetes fechados, e de uma política corrupta e tendenciosa. A preparação do homem que figura como solução para os problemas enfrentados, principalmente pelas classes menos abastadas, suscita a possibilidade de alcançar melhores condições de vida e ver resolvidas as suas dificuldades; porém, a prática demonstra que estas preocupações não são levadas em consideração, tornando-as cada vez mais distantes da realidade, acabando por "despreparar" o educando tanto na sua qualificação profissional, como no desenvolvimento de suas potencialidades, deixando-o "incapaz" de auto-realizar-se como o que estaria estabelecido pelas Leis 4.024/61 e 5.692/71. O que ocorre nas instituições de ensino é uma repetição de conteúdos, sem as devidas reflexões, alterações ou retificações, no sentido de propiciar o real desenvolvimento desses, acompanhando as transformações do mundo em que está inserido.

Apesar de presente em várias modalidades e em diferentes graus de ensino, o Desenho dissolveu-se no ensino oficial, que passou a tratá-lo, principalmente nas séries do 1º grau, como algo supérfluo no processo educativo, só merecendo maior atenção sob os aspectos recreativos ou de lazer, ou como sustentáculo para uma maior compreensão dos conteúdos de Geometria, embora sejam cada vez maiores os argumentos visuais do mundo pós-moderno. A política educacional conta ainda com o reforço dado pelos livros didáticos em que prevalece a sua ideologia. Especialmente com relação à matéria Desenho, a partir de 1971 passam a ser produzidos livros de Educação Artística com o objetivo de atender às novas disposições da lei, onde os conteúdos relativos ao Desenho Geométrico deslocam-se para os conteúdos dos livros de Matemática da 5ª a 8ª séries do 1º grau, que, segundo o "espírito da lei", reuniriam conteúdos afins mostrando o conhecimento como unidade das várias áreas, caracterizado pela pluralidade. Infere-se que, baseados em tais princípios, os livros de Educação Artística abordassem assuntos objetivando à "formação geral estética" do homem adentrando as questões das Artes Plásticas, Música, Artes Cênicas e Desenho, sendo este último, de natureza artística, enquanto o Desenho Geométrico – integrante do conteúdo dos livros de Matemática –, teria seus conteúdos elucidados concomitantemente à Geometria, na alusão de temas pertinentes, em que o "Desenho" fosse utilizado não só como ilustração, mas também como elemento de observação, exploração e aplicação. Efetivamente inclui-se na produção dos livros didáticos, destinados a esses fins, o livro de "Desenho Geométrico", que prima pela elucidação de "traçados", contudo raramente remetem-se à sua aplicação prática onde está concentrado o principal argumento de toda a sua trajetória no sistema educacional.

Desta forma, chegamos à conclusão de que "**O que vamos desenhar**" é o resultado de interesses e imposições efetivadas pelo sistema, que, para atingir tais

objetivos, apropria-se e fragmenta o conhecimento, repassando-o na forma e momento que lhe sejam convenientes. No processo educacional, conta com o cabedal de atitudes que são disseminadas seja através da legislação, da formação profissional ou do processo ensino-aprendizagem, onde, evidentemente, encontramos a matéria Desenho mergulhada nessa realidade, e caracterizada pelas modalidades do Desenho, que vão suceder-se de acordo com a conveniência do modelo político-econômico em voga.

Constata-se que as disciplinas responsáveis por desenvolver os conteúdos do Desenho no ensino oficial são: a Educação Artística, o Desenho Geométrico e a Matemática; sendo a primeira tratada como disciplina de "lazer", tendo como propósito, desenvolver atividades "lúdicas"; a disciplina Desenho Geométrico é apresentada como suporte para o desenvolvimento de conteúdos da Matemática, e na disciplina Matemática são abordados apenas alguns tópicos do Desenho Geométrico, como conteúdos de apoio.

Fica evidente, também, que a difusão dessas idéias é veiculada pelos livros didáticos, que, juntamente com as grades curriculares, são responsáveis por assegurar e controlar tais imposições. Quanto aos conteúdos, os livros trazem tópicos do Desenho Artístico, Decorativo, Publicitário, Animado, Técnico, Industrial, Geométrico, Arquitetônico, em Quadrinhos e de Composição. Exceto o Desenho Geométrico, as outras modalidades encontradas são apresentadas de forma panorâmica e superficial, enquanto esse, como preconizado pela legislação, é adotado com maior frequência. Observa-se também a falta de investimento na formação de profissionais de ensino para a referida matéria caracterizada pela quantidade reduzida de cursos oferecidos nas instituições de ensino.

Por fim, concluímos que a modalidade predominante é o Desenho Geométrico, cujos conteúdos estão voltados para uma formação técnica, dando-se ênfase a sua utilização como acessório para a compreensão dos cálculos numéricos, e tendo como finalidade talhar os indivíduos para executar tarefas sem refleti-las. Porém, fica evidenciado que o sistema reconhece o Desenho como poderoso instrumento de reflexão e reformulação do mundo, daí a sua preocupação em utilizá-lo em atividades técnicas, excluindo-o como elemento capaz de desenvolver a compreensão gráfica e estética, impedindo que o mesmo contribua para a formação de uma consciência crítica.

ABSTRACT: This project analyses briefly the Drawing Subject trajectory through the Brazilian Education History, by characterizing its modalities in the official teaching, and pointing out the political interferences and the legal aspects that rule this teaching process.

KEY WORDS: Knowledge; evolution; drawing.

NOTA

- ¹ MACIEL, Jarbas. "Geometria e Conhecimento: Pelo ensino do desenho no Brasil". In: Anais do 11^o SIMPÓSIO Nacional de Geometria Descritiva e Desenho Técnico. Recife. 1994.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Ana Mae Tavares. *Arte-Educação no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- BARROS, Edgard Luiz de. *O Brasil de 1945 a 1964*. 4^a ed. São Paulo: Contexto, 1994. (Repensando a história).
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. *Conselho Federal de Educação. Tratamento a ser dado aos componentes curriculares previstos no Artigo 7^o da Lei nº 5692/71*. Brasília, 1977.
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Nº. 4.024/61. Brasília, 1961.
- COTRIM, Gilberto; PARISI, Mário. *Fundamentos da educação*. 14^a ed. São Paulo: Cortez, 1988.
- CUNHA, Luís A. *A Universidade Temporã*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.
- DAMASCENO, Manoelito. "Uma reflexão sobre educação, trabalho e o desenho industrial". Salvador.
- DEMO, Pedro. *Introdução à metodologia da ciência*. São Paulo: Atlas, 1985.
- _____. *Metodologia científica em ciências sociais*. 2^a ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- DERDYK, Edith. *Formas de pensar o desenho*. São Paulo: Scipione.
- ENCICLOPÉDIA, *Delta Larousse*. Rio de Janeiro: Delta Ed. 1962. V 9. P. 4471.
- FARIA, Ana Lúcia G de. *Ideologia no livro didático*. 11^a ed. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção: Questões de nossa época; v. 37).
- FUSARI, Maria F de Resende; FERRAZ, Maria Heloísa C de. *A arte na educação escolar*. São Paulo: Cortez, 1992. (Coleção magistério 2^o grau - Série Formação geral).
- HERLING, André; YAJIMA, Eiji. *Desenho geométrico e educação artística*. São Paulo: IBEP. V: 5^a a 8^a série, 1991.
- GIOVANNI, José Ruy; CASTRUCCI, B.; GIOVANNI, Ruy Jr. *A conquista da matemática*. São Paulo: FTD. V.: 5^a a 8^a série. 1992.
- GOMES, Robérico Celso; FERREIRA, Edson Dias; SOUZA, Gláucia M. C. Trinchão. "Perfil de formação do professor de desenho". In: *Anais do 11^o SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOMETRIA DESCRITIVA E DESENHO TÉCNICO*, V.2. Recife, 1994.
- GRANDE, Maria Aparecida Rodrigues de Lima. *Educação escolar: finalidades e objetivos*. São Paulo: Saraiva, 1990.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1988.

- LOPES, Elizabeth; KANEGAE, Cecília F. *Desenho geométrico*. São Paulo: Scipione, 5ª a 8ª série, 1995.
- LUCKESI, Cipriano; BARRETO, Elói et al. *Fazer universidade: uma proposta metodológica*. São Paulo: Cortez, 1984.
- MACIEL, Jarbas. Geometria e conhecimento: pelo ensino do desenho no Brasil. In: *Anais do 11º SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOMETRIA DESCRITIVA E DESENHO TÉCNICO*. V 1. Recife, 1994.
- MARTINS, Alba Codato de Melo. *Redação científica: guia para elaboração de relatório de pesquisa*. Bandeirantes: FFALM - CODEP, 1991.
- MONTENEGRO, Gildo A. *Geometria descritiva*. São Paulo: Edgard Blücher, 1991.
- MOREIRA, Ana Angélica Albano. *O espaço do desenho: a educação do educador*. São Paulo: Loyola, 1993.
- NASCIMENTO, Roberto Alcarria do. O ensino do desenho na educação brasileira: apogeu e decadência de uma disciplina escolar. In: *Anais do I CONGRESSO INTERNACIONAL DE ENGENHARIA GRÁFICA NAS ARTES E NO DESENHO e 12º SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOMETRIA DESCRITIVA E DESENHO TÉCNICO*. Florianópolis, 1996.
- NEGREIROS, Luís Vidal. *Para uma filosofia do desenho ou desenhismo*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1993.
- NUNES, Ana Luiza Ruschel. *Pressupostos teóricos para o ensino das artes plásticas na escola brasileira*. Santa Maria, 1990.
- XAVIER, Natália; ALBANO, Agner. *Viver com arte*. São Paulo: Ática, 1987.